

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2015

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao semestre findo em 30.06.2015, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º Andar, CEP 70073-901, é uma empresa autônoma, registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em junho de 2015, tinha 99,1% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato. A BB Leasing oferece, ainda, o Leasing Financeiro, que repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, adentrou ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o mercado de *leasing* vem apresentando queda tanto na quantidade de contratos quanto no montante de valor presente.

Os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a produção nacional, sendo que o setor de atividade mais expressivo é o de serviços.

CARTEIRA

Em 30.06.2015, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 4.262 operações ativas, representando um saldo de R\$ 507,5 milhões. O Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 189 operações ativas e saldo de R\$ 4,8 milhões.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 46,0% para serviços, 30,5% para indústria, 22,6% para comércio e 0,9% para pessoas físicas. Em relação ao tipo de bem arrendado, veículos apresentaram participação de 53,5% e máquinas e equipamentos, 32,7%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No primeiro semestre de 2015, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2015, a Empresa apresentou resultado positivo de R\$ 217.808 mil. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira,

com destaque para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações de arrendamento mercantil e operações com títulos e valores mobiliários.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Financeiro e realiza, periodicamente, a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da Empresa.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

No primeiro semestre de 2015 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. O mapa de descausamento de indexadores da Empresa é elaborado mensalmente e reportado no Comitê Executivo de Riscos de Mercado e de Liquidez do Conglomerado BB. Adicionalmente é importante destacar que eventuais exposições da Empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descausamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito ou de arrendamento decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As exposições referentes às operações de *leasing* são consideradas na gestão da carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias, tolerância a risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de *leasing* da entidade. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no gerenciamento do risco de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações da BB Leasing.

O saldo em operações de *leasing* totalizou R\$ 512,3 milhões em jun/2015, o que representa um decréscimo de 6,75% em relação a jun/2014.

RISCO OPERACIONAL

A Empresa possui convênio com o BB para rateio/ressarcimento de despesas e custos utilizando quadro de pessoal, espaço físico e demais recursos do BB. Nesse sentido, adota as políticas, normas e procedimentos definidos para o BB.

A Unidade de Risco Operacional orienta a Empresa para aprimoramento do processo de gestão do risco operacional, bem como a identificação e análise das perdas operacionais, visando à implementação de ações para redução desse risco.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No primeiro semestre de 2015, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30.06.2015	30.06.2014
CIRCULANTE	51.487.727	46.122.068
Disponibilidades	(Nota 4) 177	497
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5) 3.459.967	3.198.096
Aplicações no mercado aberto	3.459.967	3.198.096
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	48.026.640	42.925.598
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b) 48.026.640	42.925.598
Operações de Arrendamento Mercantil	(13.728)	(15.569)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	(Nota 7.a) 122.294	143.813
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(Nota 7.a) (120.727)	(141.727)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(Nota 7.f) (15.295)	(17.655)
Outros Créditos	(Nota 8.a) 12.639	11.855
Diversos	12.639	12.884
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8.b) --	(1.029)
Outros Valores e Bens	2.032	1.591
Outros valores e bens	(Nota 9.a) 886	903
(Provisões para desvalorização)	(Nota 9.a) (373)	(373)
Despesas antecipadas	(Nota 9.b) 1.519	1.061
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	469.318	348.711
Operações de Arrendamento Mercantil	(9.934)	(4.680)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	(Nota 7.a) 159.631	178.960
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(Nota 7.a) (159.631)	(178.960)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(Nota 7.f) (9.934)	(4.680)
Outros Créditos	(Nota 8.a) 478.961	353.021
Diversos	480.124	353.021
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8.b) (1.163)	--
Outros Valores e Bens	291	370
Despesas antecipadas	(Nota 9.b) 291	370
PERMANENTE	813.773	940.555
Investimentos	--	--
Outros investimentos	520	520
(Provisão para perdas)	(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	(Nota 10.a) 813.773	940.555
Bens arrendados	901.957	1.083.875
(Depreciação acumulada)	(Nota 10.c) (88.184)	(143.320)
TOTAL DO ATIVO	52.770.818	47.411.334

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.2015	30.06.2014
CIRCULANTE	299.826	154.171
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	358	488
Finame	(Nota 12.a) 358	488
Instrumentos Financeiros Derivativos	267	--
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b) 267	--
Outras Obrigações	299.201	153.683
Sociais e estatutárias	(Nota 13.a) 51.730	25.943
Fiscais e previdenciárias	(Nota 13.b) 104.282	117.531
Diversas	(Nota 13.c) 143.189	10.209
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	48.411.719	43.457.676
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	47.987.885	42.921.103
Recursos de debêntures	(Nota 11.a) 47.987.885	42.921.103
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	820	1.150
Finame	(Nota 12.a) 820	1.150
Outras Obrigações	423.014	535.423
Fiscais e previdenciárias	(Nota 13.b) 233.273	142.387
Diversas	(Nota 13.c) 189.741	393.036
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.059.273	3.799.487
Capital	3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	(Nota 16.a) 3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	(Nota 16.b) 797.413	537.627
TOTAL DO PASSIVO	52.770.818	47.411.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	1º Sem/2015	1º Sem/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.061.032	1.764.908
Operações de crédito	(Nota 7.g) 2.720	3.092
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7.b) 168.249	250.814
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 5.b) 192.388	154.160
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.c) 2.697.675	1.356.842
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.818.789)	(1.570.852)
Operações de captação no mercado	(Nota 11.b) (2.680.032)	(1.353.043)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 12.b) (17)	(26)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7.b) (126.452)	(209.924)
Provisões para arrendamentos/outros créditos	(12.288)	(7.859)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	242.243	194.056
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(14.517)	(21.013)
Despesas de pessoal	(Nota 14.a) (787)	(1.188)
Outras despesas administrativas	(Nota 14.b) (4.552)	(2.843)
Despesas tributárias	(Nota 17.c) (13.179)	(10.838)
Outras receitas operacionais	(Nota 14.c) 9.879	5.299
Outras despesas operacionais	(Nota 14.d) (5.878)	(11.443)
RESULTADO OPERACIONAL	227.726	173.043
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	(2)
Receitas não operacionais	(Nota 15) 21	--
Despesas não operacionais	(22)	(2)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	227.725	173.041
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.917)	(63.805)
(Nota 17.a)		
LUCRO LÍQUIDO	217.808	109.236
Número de Ações	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)	72,60	36,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado			Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados			Total
	Legal	Estatutária		Legal	Estatutária					
Saldos em 31.12.2013			3.261.860	29.792	424.542	--	--	--	3.716.194	
Lucro Líquido do Semestre	(Nota 16.c)	--	--	--	--	--	109.236	--	109.236	
Destinações:										
Reservas	(Nota 16.c)	--	5.462	--	77.831	--	(83.293)	--	--	
Dividendos (R\$ 8.647,85 por lote de mil ações)	(Nota 16.c)	--	--	--	--	--	(25.943)	--	(25.943)	
Saldos em 30.06.2014			3.261.860	35.254	502.373	--	--	--	3.799.487	
Mutações do Semestre			--	5.462	77.831	--	--	--	83.293	
Saldos em 31.12.2014			3.261.860	41.399	589.936	--	--	--	3.893.195	
Lucro Líquido do Semestre	(Nota 16.c)	--	--	--	--	--	217.808	--	217.808	
Destinações:										
Reservas	(Nota 16.c)	--	10.890	--	155.188	--	(166.078)	--	--	
Dividendos (R\$ 17.243,11 por lote de mil ações)	(Nota 16.c)	--	--	--	--	--	(51.730)	--	(51.730)	
Saldos em 30.06.2015			3.261.860	52.289	745.124	--	--	--	4.059.273	
Mutações do Semestre			--	10.890	155.188	--	--	--	166.078	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 13º andar, Ed. Sede III – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de demonstrações contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados

integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 10.08.2015.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2015

bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, visando atender recursos de curto prazo (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que reza a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniências/Insuficiências de Depreciações” do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O imobilizado de arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves – 10%, instalações – 10%, embarcações – 5% a 20%, veículos e afins – 10% a 25%, máquinas e equipamentos – 10% a 33,3%, imóveis – 4%, móveis – 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo “perdas em arrendamentos a amortizar”, apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 20.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser apresentadas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 20.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	177	497
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	3.459.967	3.198.096
Total	3.460.144	3.198.593

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	3.459.967	3.198.096
Total	3.459.967	3.198.096

Ativo circulante	3.459.967	3.198.096
------------------	-----------	-----------

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	192.388	154.155
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	--	5
Total	192.388	154.160

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 30.06.2015 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de Swap, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição Ativa	96.045.442	48.022.721	48.026.640	128.770.560	42.923.520	42.925.598
Contratos de opções – de compra - Pré	48.022.721	672.192	1.062.996	42.923.520	614.909	749.985
Contratos de opções – de venda - Pré	48.022.721	47.350.529	46.963.644	42.923.520	42.308.611	42.175.257
Contratos de swap – CDI/Pré	--	--	--	42.923.520	--	356
Ativo circulante	--	--	48.026.640	--	--	42.925.598
Posição Passiva	48.022.721	--	(267)	--	--	--
Contratos de swap – CDI/Pré	48.022.721	--	(267)	--	--	--
Passivo circulante	--	--	(267)	--	--	--

Operações com prazo de vencimento de 31 a 60 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Mercado de opções – box duas pontas	2.700.197	1.358.114
Swap	(2.522)	(1.272)
Total	2.697.675	1.356.842

7 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	30.06.2015	30.06.2014
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	281.925	322.773
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	281.925	322.773
Ativo circulante	122.294	143.813
Ativo realizável a longo prazo	159.631	178.960

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(280.358)	(320.687)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(280.358)	(320.687)
Ativo circulante	(120.727)	(141.727)
Ativo realizável a longo prazo	(159.631)	(178.960)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Receitas de arrendamento mercantil	168.249	250.814
Arrendamentos financeiros	168.249	250.814
Despesas de arrendamento mercantil	(126.452)	(209.924)
Arrendamentos financeiros	(126.452)	(209.866)
Arrendamentos operacionais	--	(58)
Total	41.797	40.890

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	30.06.2015	%	30.06.2014	%
Setor privado	4.821	0,9	11.223	2,0
Pessoa física	507.443	99,1	538.125	96,0
Pessoa jurídica	109.793	21,4	122.864	22,4
Serviços	77.671	15,2	87.200	15,9
Transportes	38.587	7,5	46.109	8,4
Atividades específicas da construção	31.407	6,1	26.809	4,9
Automotivo	30.243	5,9	39.446	7,2
Comércio varejista	27.420	5,4	29.101	5,3
Construção pesada	26.420	5,2	32.094	5,9
Imobiliário	18.629	3,6	16.098	2,9
Agronegócio de origem animal	17.860	3,5	19.404	3,5
Químico	16.029	3,1	11.140	2,0
Petroleiro	14.765	2,9	12.645	2,3
Telecomunicações	14.538	2,8	15.729	2,9
Eletroeletrônico	14.076	2,7	16.574	3,0
Agronegócio de origem vegetal	13.523	2,7	8.073	1,5
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.311	2,0	8.411	1,5
Madeireiro e moveleiro	9.009	1,8	10.442	1,9
Insumos agrícolas	8.842	1,7	5.615	1,0
Têxtil e confecções	8.668	1,7	9.245	1,7
Papel e celulose	8.481	1,7	6.668	1,2
Energia elétrica	6.518	1,3	7.723	1,4
Demais atividades	4.653	0,9	6.735	1,2
Total	512.264	100,0	549.348	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	281.925	322.773
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(280.358)	(320.687)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 10.a)	813.773	940.545
Credores por antecipação de valor residual	(303.076)	(393.283)
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros/outros créditos	512.264	549.348

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

	Operações em Curso Normal										30.06.2015	30.06.2014
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	
Parcelas Vincendas												
01 a 30	12.282	3.413	5.822	760	62	546	40	16	187	23.128	25.905	
31 a 60	11.918	3.402	5.356	739	65	471	34	16	186	22.187	25.196	
61 a 90	11.795	3.321	5.324	728	64	456	33	16	186	21.923	24.446	
91 a 180	32.924	9.391	15.052	2.009	181	1.240	96	45	471	61.409	67.121	
181 a 360	57.749	15.674	22.973	3.927	307	2.075	149	73	761	103.688	114.392	
Acima de 360	131.790	46.493	51.624	5.166	636	3.504	283	111	1.029	240.636	266.300	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	107	29	216	59	20	68	8	7	11	525	27	
Subtotal	258.565	81.723	106.367	13.388	1.335	8.360	643	284				

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2015

9 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Máquinas e equipamentos	558	558
Veículos e afins	242	259
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	886	903
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(373)	(373)
Total	513	530

Ativo circulante 513 530

(1) Trata-se de provisão para bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Despesas de comercialização de seguros ⁽¹⁾	1.478	985
Comissões pela colocação de debêntures	332	372
Comissões para intermediação de crédito ⁽²⁾	--	74
Total	1.810	1.431

Ativo circulante 1.519 1.061

Ativo realizável a longo prazo 291 370

(1) Refere-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

(2) Refere-se a comissões pagas a lojistas – leasing de veículos. As despesas são apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	901.048	1.080.769
Veículos e afins	419.959	476.312
Máquinas e equipamentos	370.673	470.595
Aeronaves	28.372	33.554
Móveis	14.742	17.222
Instalações	8.700	14.500
Imóveis	7.862	7.862
Embarcações	8.879	6.712
Outros	41.861	54.012
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	101.180	108.249
Outros bens	1.949	1.950
Amortização acumulada ⁽¹⁾	(61.268)	(56.187)
Superveniências de depreciações	312.416	384.518
Depreciação acumulada	(400.600)	(527.838)
Diferido	909	3.096
Perdas em arrendamentos a amortizar	5.375	24.531
Amortização acumulada do diferido	(4.466)	(21.435)
Subtotal	813.773	940.545

(1) Adequação à Resolução CMN n.º 3.617/2008, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 30.06.2015.

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Arrendamento operacional		
Diferido	--	10
Perdas em arrendamentos a amortizar	--	818
Amortização acumulada do diferido	--	(808)
Subtotal	--	10
Total	813.773	940.555

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Valor presente	815.340	942.631
Credores por antecipação de valor residual	303.076	393.283
Valor presente das operações de arrendamento	512.264	549.348
(-) Valor contábil das operações	502.924	558.113
Arrendamentos a receber – recursos internos	281.925	322.773
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(280.358)	(320.687)
Valores residuais a realizar	337.328	336.714
Valores residuais a balancear	(337.328)	(336.714)
Bens arrendados	901.048	1.080.769
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(400.600)	(527.838)
Perdas em arrendamentos a amortizar	5.375	24.531
Amortização acumulada do diferido	(4.466)	(21.435)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	312.416	384.518

c) Depreciação Acumulada

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(400.600)	(527.838)
(-) Superveniências de depreciações	312.416	384.518
(=) Depreciação acumulada	(88.184)	(143.320)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

O pagamento do principal e encargos ocorrerá no vencimento.

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Emissão		
Valor da Operação		
Março/2013	20.000.000	2023
Maio/2014	20.000.000	2024
Total	47.987.885	42.921.103
Remuneração		
Março/2013	25.120.724	22.468.362
Maio/2014	22.867.161	20.452.741
Total	47.987.885	42.921.103

Passivo exigível a longo prazo 47.987.885 42.921.103

b) Despesas de Captações no Mercado

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Remuneração – juros ⁽¹⁾	(2.680.012)	(1.353.029)
Outros	(20)	(14)
Total	(2.680.032)	(1.353.043)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer na data de vencimento.

12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Programa		
Taxa de Atualização		
até 90 dias		
de 91 a 360 dias		
de 1 a 3 anos		
de 3 a 5 anos		
de 5 a 15 anos		
Total	1.178	1.638

BNDES/Finame 1,50% a 8,3% a.a. ou T.JLP + 2,3% a 5,5% a.a. 104 254 442 378 -- 1.178 1.638

Passivo circulante 358 488

Passivo exigível a longo prazo 820 1.150

A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 – item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Despesas de obrigações por repasses – BNDES/Finame	(17)	(26)
Total	(17)	(26)

13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 16.c)	51.730	25.943
Total	51.730	25.943

Passivo circulante 51.730 25.943

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17.d)	245.317	154.069
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	76.435	87.123
Provisão para riscos fiscais (Nota 20.b)	12.732	16.695
Impostos e contribuições a recolher	3.071	2.031
Total	337.555	259.918
Passivo circulante	104.282	117.531
Passivo exigível a longo prazo	233.273	142.387

Passivo circulante 143.930 10.209

Passivo exigível a longo prazo 189.741 393.036

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Inclui o montante de R\$ 19.363 mil (R\$ 2.576 mil em 30.06.2014), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

(3) Inclui o montante de R\$ 2.650 mil (R\$ 1.130 mil em 30.06.2014), referente a valor a pagar ao Banco do Brasil por adiantamentos a fornecedores.

14 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Proventos	(451)	(697)
Encargos sociais	(237)	(354)
Honorários – Conselho Fiscal	(65)	(81)
Benefícios	(34)	(56)
Total	(787)	(1.188)

b) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Serviços do sistema financeiro	(3.775)	(2.211)
Seguros	(306)	(120)
Liquidação da sentença judicial ou extrajudicial	(153)	--
Contribuição sindical patronal	(84)	(81)
Emolumentos judiciais e cartorários	(57)	(55)
Remuneração de agenciamento e corretagem	--	(229)
Outras	(177)	(147)
Total	(4.552)	(2.843)

c) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Reversão de provisão para passivos contingentes	8.607	4.336
De devedores por depósitos em garantia	1.111	825
Outras	161	138
Total	9.879	5.299

d) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Provisão para passivos contingentes	(4.518)	(9.118)
Atualização monetária de dividendos	(682)	(884)
BB – suporte operacional	(231)	(347)
Tarifa/Comissão de fiança	(229)	(170)
Registro de contratos	(103)	(191)
Outras	(115)	(733)
Total	(5.878)	(11.443)

15 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Receitas não operacionais	21	--
Reversão de provisão não operacional	21	--
Despesas não operacionais	(22)	(2)
Desvalorização de outros valores e bens	(21)	--
Prejuízo em transações com valores e bens	(1)	(2)
Total	(1)	(2)

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil em 30.06.2015 e 30.06.2014 está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.059.273 mil (R\$ 3.799.487 mil em 30.06.2014) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.353,09 por ação (R\$ 1.266,50 por ação em 30.06.2014).

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Reserva legal	52.289	35.254
Reserva estatutária	745.124	502.373
Margem operacional	745.124	502.373
Total	797.413	537.627

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Base de cálculo:	206.918	103.774
Lucro líquido	217.808	109.236
Reserva legal constituída no período	(10.890)	(5.462)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	51.730	25.943
Total destinado ao acionista	51.730	25.943
Reserva estatutária	155.188	77.831
Lucro líquido após as destinações	--	--

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic, da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

17 – TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Valores correntes	(94.191)	(113.035)
IR e CSLL no País	(94.191)	(113.035)
Valores diferidos	84.274	49.230
Passivo fiscal diferido	(84.015)	39.871
Operações de leasing - ajuste da carteira	808	41.910
Marcação a mercado	(84.823)	(2.039)
Ativo fiscal diferido	168.289	9.359
Marcação a mercado	90.270	9.359
Diferenças intertemporais	78.019	--
Total	(9.917)	(63.805)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Resultado antes dos tributos e participações	227.725	173.041
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(91.090)	(69.216)
Despesas de arrendamento (insuficiência) - ajustes da carteira	(820)	--
Adições temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.879)	--
Exclusões temporárias - outras		

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Semestre encerrado em 30.06.2015

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 30.06.2015 e 30.06.2014 e seus respectivos resultados:

		R\$ mil	
		30.06.2015	30.06.2014
Ativos			
Disponibilidades	(Nota 4)	177	497
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	(Nota 5.a)	3.459.967	3.198.096
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	48.026.640	42.925.598
Valores a receber de sociedades ligadas		--	259
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	267	--
Recursos de debêntures	(Nota 11.a)	47.987.885	42.921.103
Dividendos e bonificações a pagar	(Nota 13.a)	51.730	25.943
Valores a pagar a sociedades ligadas	(Nota 13.c)	2.904	1.411
Demonstração do Resultado		1º Sem/2015	1º Sem/2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5.b)	192.388	154.160
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.c)	2.697.675	1.356.842
Despesas de captação no mercado	(Nota 11.b)	(2.680.012)	(1.353.029)
Despesas de pessoal	(Nota 14.a)	(787)	(1.188)
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 14.b)	(57)	(55)
Remuneração de agenciamento e corretagem	(Nota 14.b)	--	(229)
Tarifa/Comissão de fiança	(Nota 14.d)	(229)	(170)
BB-suporte operacional	(Nota 14.d)	(231)	(347)
Atualização monetária de dividendos	(Nota 14.d)	(682)	(884)
Outras despesas administrativas		(284)	(283)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	1º Sem/2014
Demandas fiscais		
Saldo inicial	17.625	12.239
Constituição	1.682	8.208
Reversão da provisão	(6.575)	(3.752)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	12.732	16.695
Demandas cíveis		
Saldo inicial	6.346	4.663
Constituição	2.836	910
Reversão da provisão	(2.032)	(584)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	7.150	4.989
Total	19.882	21.684

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

A
 Diretoria e ao Acionista da
 BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
 Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing para planejar os

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para cumprimento da Resolução CMN n.º 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria é publicado em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 10 de agosto de 2015.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Cronograma esperado de desembolsos

	R\$ mil	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	6.836	5.823
De 5 a 10 anos	4.446	1.296
Acima de 10 anos	1.450	31
Total	12.732	7.150

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes classificadas como possíveis

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Demandas cíveis	623.283	587.831
Demandas fiscais	77.344	55.204
Total	700.627	643.035

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	30.06.2015	30.06.2014
Demandas cíveis	28.113	20.807
Demandas fiscais	5.501	5.134
Total	33.614	25.941

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, Pis/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas nº 1.515/2014 e 1.520/2014. De acordo com estudos realizados, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa. A adoção dos dispositivos da norma foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015.

b) Lei n.º 13.097 (Conversão da MP 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

c) Medida Provisória nº 675/2015

A Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização de 15% para 20% a partir de 01.09.2015. Considerando que a MP 675/2015 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Empresa aguardará a sua conversão em lei para uma análise conclusiva.

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 10.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Mauricio Maurano

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

José Mauricio Pereira Coelho

DIRETOR-GERENTE

Wilsa Figueiredo

CONSELHO FISCAL

Ricardo Botelho (Presidente)

Claudia Lyra Nascimento

Rodrigo Estrela de Carvalho

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87